

que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 683,13€.

Para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Ref.ª A:

Presidente — Dr. Francisco José Alveirinho Correia, Diretor do Departamento de Administração Geral.

Vogais efetivos — Dr.ª Isabel Ribeiro Leitão Ramalho Ribeiro, técnica superior de Serviço Social, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Dr.ª Maria do Carmo Almeida Nunes Andrade, Técnico Superior.

Ref.ª B:

Presidente — Dr. Roberto António Reixa Nabais, Chefe da Divisão de Contratação Pública e de Modernização Administrativa.

Vogais efetivos — Eng.º Ricardo Filipe Sá Pinto Mostardinha, Técnico Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Dr.ª Rita Lourenço Marques Pereira, Técnica Superior

O período experimental que teve início a 1 de agosto de 2013, tem a duração de 120 dias, e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

sendo que:

CF = Classificação final

ER = Elementos recolhidos pelo Júri

R = Relatório

FP = Formação Profissional

21 de agosto de 2013. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão*.  
307208955

#### Aviso n.º 11083/2013

##### Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e Nomeação do Júri do Período Experimental — Técnico Superior

Em cumprimento com o disposto na alínea b) do artigo 37.º, artigo 21.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, aberto por aviso n.º 16074/2012, publicado no *Diário da República* n.º 231, 2.ª série, de 29 de novembro de 2012, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com Rosa Maria Correia Bonacho, com a remuneração mensal correspondente ao nível 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 1.201,48€.

Para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Eng.º Romeu Filipe Gonçalves Fazenda, Chefe da Divisão de Manutenção e Espaços de Lazer.

Vogais efetivos — Dr. Luís António Dinis da Rosa, Técnico Superior Jurista, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Artur Miguel Roque Andrade Lourenço, Técnico Superior — Eng.º Florestal.

O período experimental que teve início a 12 de agosto de 2013, tem a duração de 180 dias, e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

sendo que:

CF = Classificação final;

ER = Elementos recolhidos pelo Júri;

R = Relatório;

FP = Formação Profissional.

22 de agosto de 2013. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão*.  
307209579

## MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

### Aviso (extrato) n.º 11084/2013

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que cessou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado entre esta Autarquia e o assistente operacional, José Marques Gonçalves Lopes, posição e nível remuneratório entre 2 e 3, por motivo de aposentação, desde o dia 1 de agosto de 2013, extinguindo-se assim a relação jurídica de emprego público.

6 de agosto de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Fernandes Esteves*.

307180215

## MUNICÍPIO DE ÉVORA

### Aviso n.º 11085/2013

Manuel Francisco Grilo Melgão, Presidente da Câmara Municipal de Évora, faz saber que a Assembleia Municipal de Évora aprovou, em sessão ordinária realizada em 28 de junho de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de Évora, a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para a Instalação de Atividades Económicas.

A alteração ora aprovada entra em vigor no quinto dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

O referido Regulamento, com a alteração agora introduzida, encontra-se disponível no sítio da Internet [www.cm-evora.pt](http://www.cm-evora.pt)

24 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Manuel Francisco Grilo Melgão*.

307214276

## MUNICÍPIO DE LAGOS

### Aviso n.º 11086/2013

Em cumprimento do disposto do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, com a duração de 15 dias úteis a contar do quinto dia seguinte ao da publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, respeitante ao licenciamento de um processo para operação de loteamento no terreno sito na Ameijeira, freguesia de Santa Maria, Lagos, cujo requerente é Miralagos — Sociedade de Construções, S. A.

Nestes termos, o referido projeto encontra-se patente para consulta, entre as 9:00 horas e as 17:00 horas, na Secção Administrativa/ Unidade Técnica de Obras Particulares (Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, Piso 0), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

2 de agosto de 2013. — A Chefe de Divisão de Suporte Técnico e Administrativo, por delegação de assinatura, *Dr.ª Célia Correia*.

307175397

## MUNICÍPIO DE LISBOA

### Aviso n.º 11087/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da autorização do regresso de licença sem remuneração de longa duração concedida por despacho da Senhora Vereadora de Recursos Humanos, Dr.ª Maria João Sanches de Azevedo Mendes, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador Manuel Couceiro Saraiva para o exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) da carreira de Assistente Operacional, com a remuneração mensal líquida de €532,08, correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional e ao nível remuneratório 2 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, com efeitos a partir de 19 de junho de 2013.

22 de agosto de 2013. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras* (competência subdelegada — despacho n.º 3/DMRH/11, de 27 de julho de 2011, publicado no 1.º suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 911, de 4 de agosto de 2011).

307207578